

# A PERSPECTIVA DA POBREZA DE AMARTYA SEN<sup>1</sup>

Ricardo Sampaio da Silva Fonseca<sup>2</sup>

## 1. CONCEITOS INICIAIS

A abordagem defendida por Sen baseia-se na asserção de que o bem-estar geral de uma sociedade pode ser visto pela agregação do bem-estar individual. Dessa forma, é sobre a pessoa, em seus diversos aspectos, que recai o foco da análise.

O bem-estar de uma pessoa pode ser concebido em termos da qualidade do “estado” em que ela se encontra. Este “estado” é constituído de diversos “funcionamentos”, que compreendem uma ampla gama de elementos, dos mais fundamentais (como estar bem nutrido, livre de doenças e morte prematura) aos mais complexos (ser feliz, ter respeito próprio, participar da vida comunitária, etc.). Viver pode ser visto como um conjunto de “funcionamentos” inter-relacionados, que compreendem estados e ações. Ao conjunto de funcionamentos alternativos que uma pessoa tem a possibilidade de optar, Sen dá o nome de capacidade (SEN, 2001, p. 97-80).

É nesta capacidade de realizar funcionamentos que recai o foco da atenção na análise de Sen (SEN, 2001, p.175). Por isso, dentro desta perspectiva, a pobreza pode ser entendida como “privação de capacidades básicas” (SEN, 2000, p. 109) ou “a limitação das vidas que algumas pessoas são forçadas a viver” (SEN, 2000, p. 180). Sen entende que uma vida boa é uma vida constituída de escolhas genuínas, as quais temos razões para valorizar, sejam estas razões ligadas ao nosso bem-estar ou ligadas a valores e objetivos que prezamos (SEN, 2000, p. 103).

Como se pode ver, a caracterização da pobreza se dá em uma forma descritiva, antes que política, através do reconhecimento de uma privação (SEN, 2000, p. 170). Portanto, as variáveis que serão utilizadas para a identificação deste estado ganham uma enorme importância para o julgamento da pobreza, já que “[...] a escolha do espaço torna-se um ponto central na identificação de quem é pobre e na agregação da informação sobre os estados dos que são assim identificados” (SEN, 2000, p. 39).

Por isso, antes de prosseguir com o delineamento do conceito de pobreza, se faz necessário observar uma discussão, recorrente em todo seu trabalho, a respeito das bases informacionais utilizadas na formação dos juízos avaliatórios e a presença dessas bases (ainda que de forma implícita) nas outras teorias sociais tradicionais.

## 2. INFORMAÇÃO E AVALIAÇÃO

É interessante notar que toda e qualquer realidade examinada fornece um grande espectro de informações que serão, posteriormente, utilizadas em alguma abordagem avaliatória. Este conjunto de informações utilizadas para formar juízos a respeito de algo, assim como as informações excluídas nesse processo, compõem a chamada base informacional. Esta base terá uma influência direta sobre os possíveis juízos gerados a respeito da questão em análise. Para Sen, essa relação é de fundamental importância, uma vez, que a depender de como esta relação se constitua, os resultados obtidos estarão mais ou menos próximos daquilo que efetivamente está ocorrendo.

Em grande medida, cada abordagem avaliatória pode ser caracterizada segundo a sua base informacional: as informações que são necessárias para formar juízos usando essa abordagem e – não menos importante – as informações que são

---

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido sob a orientação do Professor Dr. Giancarlo Petrini.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas. Estagiário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Família – UCSal. [rickyssa@hotmail.com](mailto:rickyssa@hotmail.com)

‘excluídas’ de um papel avaliatório direto nessa abordagem. As exclusões informacionais são componentes importantes de uma abordagem avaliatória. Não se permite que as informações excluídas tenham influência direta sobre os juízos avaliatórios e, embora isso muitas vezes seja feito de um modo implícito, o caráter da abordagem pode ser fortemente influenciado pela insensibilidade às informações excluídas. (SEN, 2000, p. 74).

Na análise da teoria da desigualdade social, Sen tenta demonstrar que o julgamento e a medição da desigualdade são completamente dependentes da escolha da variável (renda, riqueza, felicidade, etc.) em cujos termos são feitas as comparações (SEN, 2001, p. 30). Toda a análise dependerá de quais informações estão sendo consideradas como relevantes (base informacional utilizada), já que a igualdade é julgada comparando-se algum aspecto específico de uma pessoa com o mesmo aspecto de outra pessoa.

Da mesma forma, na busca por um conceito de pobreza essas considerações são essenciais. Qualquer desenvolvimento neste sentido terá necessariamente como pano de fundo um espaço (conjunto de variáveis escolhidas) que será utilizado. Conseqüentemente, para que se chegue a um conceito de pobreza mais aprimorado é necessário descobrir qual o espaço que nos conduz mais proximamente à vida que efetivamente é vivida pelas pessoas.

### **3. ESPAÇOS UTILIZADOS**

Tradicionalmente, na tentativa de solução para questões relacionadas à identificação e mensuração da pobreza, a literatura econômica e social produziu inúmeros desenvolvimentos, nos quais a realização individual é avaliada pela opulência (rendas ganhas ou consumos usufruídos), por meio da utilidade (prazeres obtidos ou desejos satisfeitos) ou por meio da qualidade de vida (medidas de padrões de vida). (SEN, 2001, p. 69).

Apesar de cada uma dessas perspectivas representar um enfoque informacional interessante, com méritos a serem considerados (a instrumentalidade essencial da renda, o conseqüencialismo da utilidade, e as realizações concretizadas dos padrões de vida), o potencial desses recursos para fazer coisas valiosas fica sujeito a uma lista de variações que interferem na conversão em bem-estar efetivo para as pessoas (SEN, 2001, p. 135-136): heterogeneidades pessoais, ambientais, sociais e familiares são algumas dessas variações que funcionam como uma lente que amplia, ou diminui, as capacidades provenientes destes recursos.

Desvantagens como a idade, incapacidade ou doença reduzem o potencial do indivíduo para auferir renda. Mas também tornam mais difícil converter renda em capacidade, já que uma pessoa mais velha, mais incapacitada, ou mais gravemente enferma pode necessitar de mais renda (para assistência, prótese, tratamento) para obter os mesmos funcionamentos (mesmo quando essa realização é de algum modo possível). Isso implica que a ‘pobreza real’ (no que se refere à privação de capacidades) pode ser, em um sentido significativo, mais intensa do que pode parecer no espaço da renda. (SEN, 2000, p. 110-111).

Além disto, a questão da adaptação mental (onde os destituídos ajustam seus desejos e expectativas àquilo que sem nenhuma ambição consideram exequível), inviabilizam a utilização de qualquer métrica mental como norteadora da avaliação do estado de vida de uma pessoa:

Os fracassados e oprimidos acabam por perder a coragem de desejar coisas que os outros, mais favoravelmente tratados pela sociedade, desejam confiantemente. A ausência de desejo por coisas além dos meios de que uma pessoa dispõe pode refletir não uma valoração deficiente por parte dela, mas apenas uma ausência de esperança, e o medo da inevitável frustração. O fracassado enfrenta as

desigualdades sociais ajustando seus desejos às suas possibilidades. (SEN apud KERSTENETZKY, 2000, p. 118)

Como se pode ver, mesmo nestas avaliações consagradas da teoria econômica e social, as variáveis escolhidas como relevantes na análise da pobreza se mostram imperfeitas, ou pelo menos incompletas, para que se obtenha uma visão mais “diretamente relevante” da realidade observada.

Dentre os desenvolvimentos mais recentes, Sen destaca a abordagem de John Raws, com a sua análise dos “bens primários”. Ambos realmente fornecem um quadro mais amplo dos recursos que uma pessoa necessita para promover seus próprios fins; neles inclui-se a renda, mas também outros meios de uso geral. São recursos que ajudam a pessoa a promover suas “concepções de bem”, como direitos, liberdade e oportunidades, renda e riqueza e as bases sociais do respeito próprio (SEN, 2001, 2000). Os bens primários são, assim, meios para a liberdade. Entretanto, se o que queremos é focalizar nas oportunidades substantivas de que as pessoas dispõem para realizar, entre outras coisas, seus objetivos ligados ao bem-estar, então nossa concentração deve ser entorno das próprias liberdades substantivas, e não nos seus meios.

Essas considerações requerem uma base informacional mais ampla, concentrada particularmente na capacidade de as pessoas escolherem a vida que elas com justiça valorizam (SEN, 2000, p. 92). A capacidade de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (SEN, 2000, p. 95). Estar bem nutrido, adequadamente vestido e abrigado, poder se apresentar em público sem sentir vergonha (exemplo Smithiano, aliás, muito significativo em todos os seus livros) são alguns desses funcionamentos.

#### **4. POBREZA COMO CAPACIDADE**

Nessa perspectiva, a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de ser apenas considerada como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza (SEN, 2000, p. 109).

Talvez a maneira mais clara de apresentar a questão seja através de um exemplo que o próprio Sen expõe:

Considerem-se duas pessoas 1 e 2 – 1 tem um nível de renda algo mais baixo que o da 2. Mas 2 tem um problema renal e necessita usar um equipamento de diálise que custa muito caro, e ela também tem uma vida muito mais empobrecida do que a pessoa 1. Qual das suas é a mais pobre – a pessoa 1, devido a sua renda mais baixa, ou a pessoa 2, por ter seu ‘conjunto capacitário’ mais limitado? (SEN, 2000, p. 169).

Pela ótica da renda, teríamos que escolher necessariamente pela pessoa 1, uma vez que ela possui uma renda menor, e, nesse critério, este é o fator relevante. Ainda que utilizássemos uma variante dessa abordagem (consumos usufruídos), a pessoa 1 ainda se encontraria em desvantagem, já que seu pacote de mercadorias consumidas seria menor.

Já numa vertente utilitarista, o “estado mental resultante da ocorrência objetiva de um estado desejado” seria evocado como fator crucial. Entretanto, para que alguma comparação possa ser feita entre as duas pessoas é necessário mais do que a verificação da utilidade. Seria preciso comparar as intensidades dos desejos, o que nos levaria ao conhecido problema da métrica mental.

Como se pode ver nesses e em outros exemplos, as variáveis utilizadas nas avaliações tradicionais são todas estruturas parciais que servem como meios para se atingir um “estado de bem-estar”. Utilizam uma base informacional restrita, que valoriza apenas um aspecto considerado como relevante na condução a um estado de satisfação.

Em contraste, Sen defende que os funcionamentos fazem parte dos elementos constitutivos do próprio bem-estar. A capacidade, como o conjunto alternativo destes funcionamentos, reflete a liberdade para buscar esses elementos constitutivos e pode até ter um papel direto no próprio bem-estar, na medida em que decidir e escolher também são partes do viver (SEN, 2001, p. 82). A perspectiva das capacidades fornece um reconhecimento mais completo da variedade de maneiras sob as quais as vidas podem ser enriquecidas e empobrecidas.

Nesse contexto, o que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza. As privações passam a ser vistas em um nível mais fundamental – mais próximo das demandas informacionais da justiça social.

É claro que sempre haverá elementos de verdadeira escolha quanto aos funcionamentos a serem considerados relevantes e às capacidades intrinsecamente importantes na avaliação de um determinado “estado”.

No contexto de alguns tipos de análise do bem-estar, p. ex., lidando com a pobreza extrema em economias em desenvolvimento, podemos conseguir avançar bastante com um número relativamente pequeno de funcionamentos centralmente importantes (e as capacidades básicas correspondentes, p. ex., a capacidade [ability] para estar bem nutrido e bem abrigado, a capacidade de estar livre de doenças evitáveis e morte prematura, e assim por diante). Em outros contextos, incluindo problemas mais gerais de desenvolvimento econômico, a lista pode ter de ser muito mais longa e muito mais diversificada. (SEN, 2001, p. 84)

As três características usadas para o enfoque da privação de capacidades básicas nas quais Sen se concentrou ao comparar a natureza da privação na Índia e na África subsaariana foram a morte prematura, subnutrição e analfabetismo. Já no contraste entre a desigualdade social interna dos EUA e Europa, o desemprego, além da renda, foram objetos de atenção. Para Sen, esta valoração de capacidades diversas não é um estorvo, mas sim uma vantagem, pois nos força a deixar claro os juízos de valor envolvidos em esferas importantes da avaliação social (SEN, 2000, p. 134).

## 5. CONCLUSÃO

Por tudo que foi visto, pode-se dizer, com um certo grau de certeza, que a pobreza é um problema importante de avaliação na maioria das sociedades, e como a identificamos é um assunto com certa gravidade prática nos contextos em que essas questões aparecem.

As tentativas de solução para os problemas da fome, da moradia, e de tantos outros, passaram a ser imperativos aos quais os governos, em todas as instâncias, não podem mais se esquivar. A implementação de políticas públicas de combate à pobreza, ou mesmo a exequibilidade destas, depende primeiro do diagnóstico das privações que são consideradas relevantes, para que só então sua execução possa ser feita.

Mais do que isso, a perspectiva da pobreza de capacidades torna o sujeito agente de transformação ativa de sua vida, uma vez que dá importância intrínseca à liberdade efetivamente desfrutada por cada um para levar a vida que tem razões para desejar.

Os fins sobre os meios, a centralidade da pessoa é a condição de agente do indivíduo sobre a sua própria vida. Talvez estes sejam os pontos principais nesta mudança de perspectiva sobre temas tão importantes, que antes eram vistos somente como adendos ao “objetivo” maior do incremento da renda e do produto, e que agora são fatores **constitutivos** desse próprio desenvolvimento.

## 6. REFERÊNCIAS

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. RBCS, v.15, 42, fev. 2000, p. 113-122.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia de Letras, 2000. 409p.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Trad. Apres. Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001. 301p.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia de Letras, 1999. 143p.

SEN, Amartya; OMNIBUS, Jean Drèze. **Comprising poverty and famines**. Hunger and public action; India: economic development and social opportunity. New York: Oxford University Press, 1999.